



03862074



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

371

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0054693-78.2003.8.26.0114, da Comarca de Campinas, em que é apelante OTACILIO BARROS PEREIRA (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS e ELISEU ALVES DA SILVA (ESPÓLIO).

ACORDAM, em 26ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. V. U.", de conformidade com o voto do(a) Relator(a), que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores FELIPE FERREIRA (Presidente) e VIANNA COTRIM.

São Paulo, 30 de janeiro de 2013.

RENATO SARTORELLI
RELATOR

271
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO – 26ª CÂMARA
APELAÇÃO SEM REVISÃO Nº 0054693-78.2003.8.26.0114

APELANTE: OTACÍLIO BARROS PEREIRA (ESPÓLIO)

APELADOS: ELISEU ALVES DA SILVA (ESPÓLIO), BRADESCO
AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS

MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU: MAURÍCIO SIMÕES DE ALMEIDA
BOTELHO SILVA

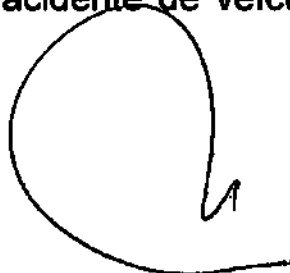
EMENTA:

**"RESPONSABILIDADE CIVIL -
ACIDENTE DE VEÍCULO - CULPA NÃO
CARACTERIZADA - INDENIZATÓRIA
IMPROCEDENTE - SENTENÇA
MANTIDA - RECURSO IMPROVIDO.**

*Havendo fundadas dúvidas quanto a
veracidade das alegações contidas na
inicial da ação de reparação de danos,
afigura-se incogitável a indenização
pleiteada, sobretudo porque a decisão
judicial não pode se basear em
hipóteses ou meras suposições".*

VOTO Nº 21.236

Ação de reparação de danos e
denúncia da lide, fundadas em acidente de veículo, foram



2

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO – 26ª CÂMARA
APELAÇÃO SEM REVISÃO Nº 0054693-78.2003.8.26.0114

simultaneamente decididas. A r. sentença de fls. 163/167, cujo relatório adoto, julgou improcedentes ambas as demandas.

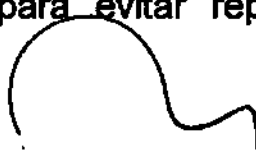
Inconformado, apela o autor insistindo na reforma. Sustenta, em apertada síntese, que a culpa pela ocorrência do acidente foi exclusiva do motorista do veículo VW Quantum, preposto do réu, que dirigia em excesso de velocidade, desrespeitando a sinalização existente. Alega, no mais, que o croqui exibido às fls. 29 revela o local exato da colisão, o que induz à ilação de que o condutor do automóvel não estava atento ao trânsito, vindo a atropelar a vítima. Aduz, de resto, que a responsabilidade do réu pelos atos danosos praticados por seu preposto é objetiva, buscando, daí, a inversão do resultado do julgamento.

Recurso respondido. Ausente o preparo em face da gratuidade processual.

É o relatório.

A r. sentença combatida dirimiu acertadamente o conflito e merece subsistir por seus próprios fundamentos.

Extraio dela o seguinte excerto que adoto, como razão de decidir, para evitar repetições, nos



3

**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO – 26ª CÂMARA
APELAÇÃO SEM REVISÃO Nº 0054693-78.2003.8.26.0114**

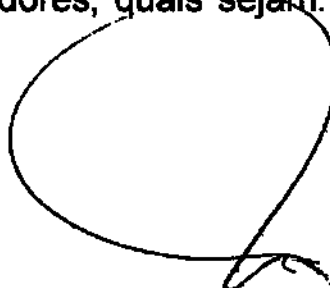
termos do artigo 252 do Regimento Interno deste Tribunal,
verbis:

"(...) Ora, elemento absolutamente essencial, a saber, a conduta alegadamente culposa, nunca foi satisfatoriamente produzido pelo Autor. Com efeito, primeiramente é de se enfatizar a circunstância de que nesta esfera civil não se tomou um depoimento a referir culpa ou se produziu uma prova pericial, remota que seja, a indicar a eclosão de prejuízo material decorrente dos fatos. Lembre-se, ademais, que a prova do nexo de causalidade é essencial para tanto.

(...)

Se o Réu/Litisdenuciante é acusado de haver causado o evento morte tem-se como incontroverso ser ônus processual da Autora a prova de que sua omissão deu causa direta a esse evento. Sem demonstração desse fato nos autos (dada a exigüidade de evidências descortinada a partir do exame do panorama probatório) tem-se como de impossível demonstração a culpa e de inviável acolhimento o pedido de indenização formulado" (cf. fls. 165/166).

Com efeito, a indenização por responsabilidade civil somente será devida quando presentes os seus pressupostos autorizadores, quais sejam: culpa, dano e nexo causal.



4

**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO – 26ª CÂMARA
APELAÇÃO SEM REVISÃO Nº 0054693-78.2003.8.26.0114**

O contingente probatório, a meu ver, mostra-se insuficiente para se imputar ao preposto do réu responsabilidade pela ocorrência do acidente.

As versões apresentadas são conflitantes, isso sem falar que não foram inquiridas testemunhas não restando, assim, elucidada a real dinâmica do acidente.

Paralelamente, o boletim de ocorrência é documento que retrata manifestação unilateral, sem cunho probatório (*Apelação com Revisão nº 935.213-0/4, 26ª Câmara da Seção de Direito Privado, TJ/SP, Rel. o signatário*).

A verdade é que incumbia ao autor provar a culpa imputada ao condutor do veículo de propriedade do réu, ônus do qual não se desincumbiu satisfatoriamente, nos termos do art. 333, inciso I, do CPC, **verbis**:

"ACIDENTE DE VEÍCULO. INDENIZAÇÃO DANOS MATERIAIS E MORAIS. 1. Se o autor não faz prova boa e cabal do fato constitutivo do seu direito a ação improcede. Inteligência do art. 333, I, do CPC. 2. A dúvida ou insuficiência de prova quanto a fato

5

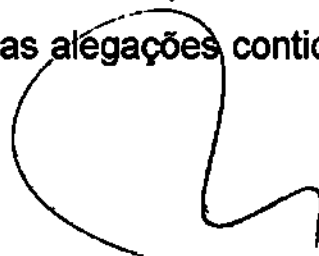
**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO – 26ª CÂMARA
APELAÇÃO SEM REVISÃO Nº 0054693-78.2003.8.26.0114**

***constitutivo milita contra o autor.
Sentença mantida. Recurso improvido"***
(Apelação nº 9000190-97.2007.8.26.0506,
26ª Câmara de Direito Privado, TJ/SP,
Rel. Des. Felipe Ferreira).

***"Acidente de trânsito - Versões
contraditórias - Prova inconcludente -
Culpa dos réus não demonstrada -
Indenização indevida - Apelo
improvido, não conhecido o agravo
retido"*** (Apelação sem Revisão nº
9172996-36.2009.8.26.0000, 26ª Câmara
de Direito Privado, TJ/SP, Rel. Des.
Vianna Cotrim).

***"Não demonstrada a culpa do condutor
de veículo automotor, sob qualquer
das suas modalidades, em relação ao
evento, indevida qualquer indenização
com base no artigo 159, do Código
Civil de 1916, vigente à época do
evento"*** (Apelação com Revisão nº
911.729-0/8, 31ª Câmara de Direito
Privado, TJ/SP, Rel. Des. Willian
Campos).

Havendo, portanto, fundadas
dúvidas quanto à veracidade das alegações contidas na inicial,



6

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO – 26ª CÂMARA
APELAÇÃO SEM REVISÃO Nº 0054693-78.2003.8.26.0114

torna-se incogitável o ressarcimento pleiteado, sobretudo porque a decisão judicial não pode se basear em hipóteses ou meras suposições, mormente quando impugnados os fatos pela parte adversa.

recurso.

Ante o exposto, nego provimento ao

RENATO SARTORELLI

Relator